



## **A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A RESISTÊNCIA ESTUDANTIL**

**Angela Maria Corso<sup>1</sup>**

### **INTRODUÇÃO**

O presente texto resulta de uma pesquisa<sup>2</sup> sobre o movimento de ocupações das escolas públicas estaduais na cidade de Irati, no estado do Paraná, ocorrido em outubro de 2016 em resistência à Reforma do Ensino Médio proposta pelo Governo Federal por meio de uma Medida Provisória (746/2016 transformada na Lei 13.415/2017).

Buscamos problematizar a reforma do ensino médio e a experiência juvenil no movimento de resistência produzido pelas ocupações das escolas. Iniciamos o texto contextualizando a Reforma do Ensino Médio, destacando a forma como foi realizada e seu conteúdo, e por fim apresentamos algumas reflexões a partir da análise sobre a experiência da juventude na resistência dessa política, revelando que essa experiência foi produtora de consciência política, de que a juventude tem direito de participar na construção das políticas educacionais.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A justificativa que o ensino médio brasileiro carecia de uma reforma, inicia-se ainda no governo Dilma Rousseff, com a apresentação de um relatório de uma comissão especial de “estudos e proposições para a reformulação do ensino médio”, do qual foi produzido o Projeto de Lei nº 6.840/2013. Naquele contexto, surge o Movimento Nacional pelo Ensino Médio, criado no início de 2014, com a intenção de intervir no debate parlamentar sobre o Projeto de Lei - PL nº. 6.840/2013. Esse movimento se opunha a esse projeto de lei mediante

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Unicamp. Professora do curso de Pedagogia, UNICENTRO, Irati, PR. E-mail: angela@unicentro.br.

<sup>2</sup> Pesquisa realizada sob orientação da profa. Dra. Aparecida Neri de Souza, GEPEDISC, FE/Unicamp.



um conjunto de ações, tais como petições e pressões aos parlamentares. Era composto por dez entidades do campo educacional: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, Centro de Estudos Educação e Sociedade - CEDES, Fórum Nacional de Diretores das Faculdades de Educação - FORUMDIR, Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE, Sociedade Brasileira de Física - SBF, Ação Educativa, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Associação Nacional de Política e Administração da educação - ANPAE, Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE.

Diante das reações do Movimento Nacional pelo Ensino Médio ao Projeto de Lei nº 6.840/2013 foi elaborado um projeto substitutivo, apresentado em dezembro de 2014. Esse projeto ficou em modo de espera, mas ressurgiu logo após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, quando o então presidente Michel Temer enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória 746/2016.

Dentre os argumentos utilizados para reformar o ensino médio via Medida Provisória, destacava-se: O baixo desempenho dos estudantes no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); A estrutura rígida de 13 disciplinas que não permitia diversificar ou flexibilizar o currículo; A falta de sentido que os alunos atribuem ao conteúdo escolar e o elevado número de jovens que se encontra fora da escola, e aqueles que fazem parte dos sistemas de ensino não possuem bom desempenho educacional; A falta de alinhamento do Ensino Médio às recomendações do Banco Mundial – BM e do Fundo das Nações Unidas para Infância – Unicef; A comparação com outros países onde os jovens de 15 anos já podem optar por diferentes itinerários formativos (BRASIL, 2016).

A Medida Provisória – MP nº 746/2016, aprovada, resultou na lei nº. 13.415/2017 que alterou a LDB (Lei nº 9.394/2016), o FUNDEB (Lei nº 11.494/2007), a CLT (Lei nº 5.452/1943), revogou a lei sobre o ensino da língua espanhola, criou a política de fomento à implementação de escolas de Ensino Médio em tempo integral, retirou a obrigatoriedade da oferta da filosofia, sociologia, arte e educação física, como disciplinas em todas as séries e fatiou o



currículo em cinco itinerários formativos, negando aos jovens brasileiros o direito a uma formação básica comum para todos. Tal lei tem três grandes eixos: a flexibilização do currículo do ensino médio e a implementação de escolas em tempo integral e as parcerias público-privado.

No sentido político-econômico, a nova Lei do Ensino Médio atende aos interesses neoliberalismo e do capital privado, pois permitirá às empresas privadas – nacionais e/ou estrangeiras – ampliar seus negócios no setor educacional brasileiro. “Além de apresentar um conteúdo que tende a aprofundar as desigualdades escolares, a contrarreforma do Ensino Médio foi forjada por um grupo restrito de atores ligados fortemente aos interesses privatistas e mercantis” (FERREIRA, 2017, p. 294).

A Medida Provisória e seu conteúdo foram objeto de crítica tanto pela sua origem autoritária, quanto pelo conteúdo da política educacional proposta (FERRETTI, 2017). As críticas foram levantadas por amplos setores da Educação e também motivaram um enorme clamor social instalado em 2016, sobretudo entre os jovens estudantes do Ensino Médio de todo o país, através das ocupações das escolas.

Com base no resultado da pesquisa, os jovens que ocuparam as escolas fizeram dos atos de ocupações uma experiência (*Experience*, no sentido utilizado por Thompson) e por meio dela elaboraram representações sobre a ocupação, pois é pela experiência que estes estudantes experimentaram situações e as trataram em sua consciência, percebendo-se como sujeitos ativos neste lugar e nas relações com seus pares.

Os jovens estudantes que ocuparam as escolas experimentaram o sentimento de fazer parte de um coletivo. Nota-se que a dimensão de pertencimento é relatada por eles, assim como no depoimento de uma das jovens, com um sentimento de solidariedade, de não sentir sozinho, de resistência e de agir em conjunto para alcançar um fim, como afirma Kergoat (2018), a consciência que coletivamente representa-se uma força pelo menos potencial.



Quando eu vi que (...) os alunos começaram a perceber a importância da organização estudantil. [...] quando eu vi que eu não tava sozinha, que tinha um corpo estudantil, que tava firme, que sabia o que tava fazendo, que tinha tomado consciência do que tava acontecendo, foi a motivação que eu tive, falei então vamos fazer, vamos! (...) (Frida, entrevista, 23.10.2018).

Ao participarem do movimento de resistência perceberam que a reforma educacional proposta pelo governo tem um caráter de enorme aprofundamento das desigualdades educacionais no país, ao expressar uma visão classista, na qual o acesso ao ensino crítico e de qualidade não é para todos.

A maioria dos jovens fez menção à Reforma do Ensino Médio como principal motivação para a ocupação e relacionou a rejeição da não obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia e Sociologia. O ensino da Filosofia, da Sociologia e demais disciplinas que formam as chamadas Ciências Humanas tem como seu fundamento, sua razão de existir no fato de que elas problematizam a realidade.

A maior preocupação nossa era a nossa educação. O medo da gente perder matérias e um aprendizado que é essencial, né! Porque a Filosofia, a Sociologia ajuda a gente pensar sobre as coisas, agora e também no futuro. Daí a gente viu que o movimento tava grande e a gente viu que a gente ia conseguir. Isso motivou a gente! (Olga, entrevista, 10.08.2018).

Os jovens queriam parar a reforma porque compreenderam que ela imporia uma maior desigualdade e uma limitação a sua formação educacional crítica, ou seja, eles querem uma educação que possam discutir, debater, pertencer, que a escola seja um espaço de conhecimento crítico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O novo ensino médio, aprovado por uma medida provisória, apresenta-se como uma investida do projeto neoliberal para a educação, o qual reduz, controla e individualiza os percursos formativos da juventude. Contudo, não podemos esquecer que houve resistência, e que ao resistirem, os jovens também afirmaram a escola como espaço privilegiado de socialização, de encontro e de conhecimento. Assim, a ocupação do espaço político, através da



ação coletiva, possibilitou-lhes a construção de um movimento singular no qual se reconheceram como sujeitos coletivos, afirmaram que não é possível destruir o espaço da política, não é possível isolar o jovem, portanto, é possível resistir à racionalidade neoliberal.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Projeto de lei nº 6.840 de 2013**. Brasília, 2013. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=07B2A00572F05272A556376633D02316.proposicoesWeb2?codteor=1480913&filenome=Avulso+-PL+6840/2013](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=07B2A00572F05272A556376633D02316.proposicoesWeb2?codteor=1480913&filenome=Avulso+-PL+6840/2013) Acesso em: 14 fev. 2020.

BRASIL. **Medida Provisória MPV 746/2016**. Brasília, 22 set. 2016a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm). Acesso em: 10 jun. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm) Acesso em: 15 jun. 2020.

FERRETTI, Celso Antonio; SILVA, Mônica da. Reforma do Ensino Médio no contexto da Medida Provisória nº 746/2016: Estado, Currículo e disputas por Hegemonia. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p.385-404, abr.-jun., 2017.

FERREIRA, Elisa Bartolozzi. A contrarreforma do ensino médio no contexto da nova ordem e progresso. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 293-308, abr.-jun., 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00293.pdf> Acesso em: 30 set. 2017.

KERGOAT, Danièle. **Lutar, dizem elas...** Trad. Eliana Aguiar. Recife: SOS Corpo, 2018.

THOMPSON, Edward. Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.